

Teares parados tecem a escola do amanhã: a luta dos tecelões sorocabanos, no início do século XX, pelo direito à educação

Luiz Carlos Barreira
Universidade de Sorocaba (Programa de Pós-Graduação em Educação)

Introdução

Neste texto, apresento resultados de pesquisa, em desenvolvimento, sobre o tema *Escola, periodismo e vida urbana: educação popular e imprensa operária em São Paulo (1888-1925)*. Esta pesquisa tem por objetivo, dentre outros, apreender os nexos estabelecidos por operários e suas lideranças, no final do século XIX e início do XX, entre escola e mundo do trabalho. Mais, especificamente, a relação entre escola e modos de viver e pensar no Brasil, sobretudo em determinadas regiões do Estado de São Paulo, que possuíam características acentuadamente urbanas. Nesse período, algumas cidades dessas regiões começavam a se industrializar e vivenciavam um processo bastante acelerado de transformação social, e o operariado é um agente social de fundamental importância para a compreensão dessa transformação. Também a imprensa operária, um lugar de memória privilegiado para uma leitura compreensiva de determinados aspectos da sua vida cotidiana.

A trama, o cenário e os sujeitos da história que aqui será contada são: o movimento grevista de tecelões sorocabanos, no início do século XX, pela redução da jornada de trabalho, para que pudessem freqüentar as escolas noturnas locais. A leitura e interpretação desse movimento serão feitas com base no jornal *O Operario*, semanário de orientação socialista, editado em Sorocaba, que circulou entre julho de 1909 e dezembro de 1913. Esse jornal foi o único veículo de propaganda social do movimento operário sorocabano do período.

A edição do jornal *O Operario* de 27 de agosto de 1911 traz uma notícia, bastante intrigante, sobre o aumento da freqüência escolar nas escolas noturnas, para operários, sobretudo naquelas escolas criadas e mantidas pela Loja Maçônica Perseverança III. Segundo o jornal, tal acontecimento deveu-se ao sucesso do movimento grevista desencadeado pelos trabalhadores das fábricas de tecidos locais, que, no início daquele mês, haviam paralisado suas atividades pela redução da jornada de trabalho. Nas palavras do jornalista, que não se identifica, a greve “teve por unico objectivo a instrução da classe menos favorecida da sociedade”¹ (*O Operario*, 27/08/1911, p. 2; grifos meus).

Ainda que o jornal tenha, supostamente, carregado nas tintas, ainda que o “unico objectivo” da referida greve não tenha sido “a instrução da classe menos favorecida da sociedade”, mesmo assim, a conjugação destes dois acontecimentos – redução da jornada de trabalho e freqüência escolar – não deixa de ser algo inusitado, para a época e o lugar em que ela se deu.

O que mais chama atenção, nesse episódio, é a importância que os operários sorocabanos de então atribuíam à instrução (ou educação escolar). Importância atribuída, senão por eles próprios, seguramente por aqueles que falavam em seu nome, quais sejam, redatores e colaboradores do jornal *O Operário*, dentre outras lideranças operárias locais.

Instigado por essa notícia, busquei, primeiramente no próprio jornal, depois, em outros lugares de memória, evidências (ou pelo menos indícios) que me permitissem apanhar o(s) sentido(s) da conjugação daqueles acontecimentos históricos. Sentido(s), bem entendido, que os sujeitos direta ou indiretamente envolvidos naquele episódio atribuíam àqueles acontecimentos. Os resultados dessa busca serão resumidamente apresentados a seguir.

As causas da baixa frequência de alunos nas escolas noturnas sorocabanas

O ponto capital das queixas sobre a baixa frequência de alunos nas escolas noturnas de Sorocaba, no início do século XX, expressa por redatores e vários colaboradores do jornal *O Operário*, refere-se ao adiantado da hora em que os operários eram diariamente liberados de seus afazeres nas fábricas, o que dificultava, ou até mesmo impedia, a frequência deles nos cursos oferecidos pelas escolas noturnas da cidade.

As escolas noturnas, criadas e mantidas pelo governo do Estado de São Paulo, assim como as criadas e mantidas pela Loja Maçônica Perseverança III, deveriam funcionar diariamente, conforme seu regulamento, das 18 às 21h. A grande maioria dos operários de Sorocaba iniciava a sua jornada de trabalho às 5h da manhã, mas nem todos terminavam no mesmo horário. Nas fábricas de tecidos Santa Maria e Santa Rosália, por exemplo, trabalhavam até às 20h30min. Na Nossa Senhora da Ponte, até às 19h. E, na Fábrica de Chapéus, até às 17h30min.

Diante de um horário “tão cômodo quanto rendoso para os patrões”, avaliava um dos colaboradores, não identificado, do jornal, “nenhum operário poderá frequentar as escolas noturnas, do que resultará a sua nenhuma eficácia e baldados os esforços do governo que não descurando da instrução popular, não poupa sacrifícios nem dispêndios para divulgá-la o quanto mais” (*O Operário*, 02/10/1910, p. 1).

Para combater o “grande mal”, duas alternativas são por esse colaborador apresentadas: “Ou o governo, por meio de uma Lei, regulasse as horas de trabalho em todas as fábricas, ou os patrões, por si mesmos facilitassem os meios, reduzindo as horas de trabalho ao menos para os que tem necessidade de aprenderem alguma coisa” (*Idem*).

Ao avaliar esses dois caminhos alternativos, o colaborador assim se posicionou: “O primeiro é o mais seguro, o mais garantido. O segundo é tão duvidoso quanto irrealizável, porque os patrões com certeza tem receio de ficarem pobres com a diminuição das horas” (*Idem*). E, ironica-

mente, acrescentou: “Nesse caso, aconselhamos a Santa Maria, Santa Rosalia e N. S. Ponte a darem começo ao trabalho às tres horas da madrugada fazendo-o cessar às cinco” (*Idem*).

Caso o governo do Estado não interviesse e regulamentasse, por meio de lei, as horas de trabalho em todas as fábricas, as escolas noturnas, segundo esse colaborador, deixariam de funcionar por falta ou deficiência de alunos e os pobres operários continuariam “nas trevas da mais triste ignorancia” (*Idem*).

Na esteira desse colaborador, Augusto da Fonseca, também ele um colaborador e, ainda, representante do jornal na cidade de Itapetininga, dirige-se ao então presidente da República, Hermes da Fonseca, em artigo intitulado *O operario e as escolas nocturnas*, no intuito de lembrá-lo da necessidade de uma lei que viesse “por cobro aos abuzos de muitos e gananciosos industriaes” (*O Operario*, 11/12/1910, p. 1), que só dispensavam seus operários depois das oito da noite, impedindo, assim, que freqüentassem as escolas noturnas. Esse colaborador reconheceu que:

(...) depois do Governo do Sr. Nilo Peçanha, tão prodigo na difusão da instrucção com a criação de escolas por toda a vasta patria de Bonifacio e Maricá, Gonçalves e Castro Alves, Alvares de Azevedo e Olavo Bilac; mas no afanoso disbrubuir de escolas, o digno governo preterito, esqueceu-se de fazer com que esse valioso beneficio pudesse ser aproveitado por todos sem exepção, mas no entanto assim não acontece, pois aquelles que mais luctam para que a querida patria marche sempre e sempre na vanguarda do progresso em nada podem aproveitar-se das escolas nocturnas creadas por elles – Os operarios – que na sua maioria trabalham de um modo demaziado, que muitas vezes vai allem das oito horas da noite, quando as escolas começam ás seis da tarde para findar ás nove da noite (*Idem*).

Por razões óbvias, colaboradores e redatores do jornal *O Operário* não apresentaram qualquer proposta de alteração no horário de funcionamento das escolas noturnas de Sorocaba. Apelarão, sim, às autoridades governamentais, para que se empenhassem em reduzir e regulamentar a jornada de trabalho do operariado, a fim de que ele pudesse freqüentar as escolas noturnas. Assim procedendo, pareciam acreditar em possíveis mudanças nas relações de trabalho, mas decorrentes da ação do Estado. A ele caberia desempenhar o papel de mediador na luta de classes. Entretanto, a realidade é rebelde e cedo mostraria a tais lideranças que mudanças no mundo do trabalho poderiam ocorrer (como ocorreriam) em decorrência da ação direta dos trabalhadores.

Mulheres operárias denunciam o paradeiro das crianças que “fugiram” da escola

Não raro, mulheres freqüentaram as páginas de *O Operario*. Elvira, simplesmente Elvira, foi uma delas e uma das mais freqüentes. Elas discorriam praticamente sobre todos os assuntos de interesse do operariado, não se limitando aos assuntos domésticos ou supostamente “femininos”. Via de regra, tanto elas quanto eles, colaboradores do jornal, não se identificavam pelo nome e sobrenome. O anonimato, em períodos históricos de ausência ou de extrema limitação dos direitos civis, como aqueles vividos pelos redatores e colaboradores do jornal *O Operario*, tem sido uma prática bastante freqüente. Inserido nesse contexto, o uso de pseudônimos ou somente de prenomes não

significa, necessariamente, perda ou ausência de identidade, mas tática de resistência acionada por aqueles que sofrem perseguição política e ideológica.

A mulher operária sorocabana posicionou-se claramente contra a utilização da mão-de-obra infantil nas fábricas da região. Um ano antes de irromper a greve pela redução da jornada de trabalho nas fábricas da cidade, encontramos o depoimento de uma delas, publicado no jornal *O Operário*. Mais que um depoimento, um autêntico manifesto em prol da instrução do operariado. O artigo, não assinado, foi publicado na edição de 24 de julho de 1910 do jornal e recebeu o seguinte título: *A infância operária de Sorocaba*. A autora inicia seu discurso denunciando a existência de uma “multidão de pequenos” analfabetos que, por alguns míseros réis, trabalhavam 14 horas por dia em fábricas escuras, ao invés de freqüentarem a escola. Em seguida, indaga sobre o futuro dessas crianças e faz a seguinte admoestação aos pais operários:

Pobres creanças! Que será dellas, assim ignorantes, por esse mundo de Deus? Crião-se brutos, pois ao passar pelo tempo da escola nem sequer se lhes ensina o a. b. c. O crime alem os espera e o vício lhes sorri! Oh! Paes que tendes filhos olhae por elles, olhae também para os vossos, não os deixeis assim expostos a corrupção. Procurae a felicidade para vossos filhos, mandae-os instruir e no fim de vossas vidas tereis delles a devida recompensa pelos vossos serviços. É verdade que sois obrigados a mandal-os trabalhar, sem que primeiro vejam a luz immaculada da instrucção (*O Operario*, 24/07/1910, p. 2).

Nesse discurso, a instrução comparece como antídoto eficaz no combate preventivo à corrupção de menores. Ignorantes e sem instrução, os filhos do operariado seriam presas fáceis no mundo do crime e do vício. Mas, o que fazer, se os pais tinham de mandar seus filhos, ainda crianças, para as fábricas, mesmo que fosse para ganhar alguns míseros réis? A nossa operária articulista tem uma solução.

Ah! mais por isso devemos trabalhar, pela victoria de nossa causa, devemos lutar pelas 8 horas de trabalho, pois, com a diminuição das horas nos seus trabalhos, elles terão tempo para se instruir, para aprender a distinguir o bem do mal.

Pois bem companheiros, não poupemos esforços para lutar em prol das 8 horas, ellas serão uma mensagem divina que nos livrará deste captiveiro e nos darà tempo para nos instruir.

Nunca devemos esperar pelos outros, tudo depende de nós mesmos. Mandar ensinar uma creança è a obra mais santa que podemos praticar na nossa vida. O operariado precisa de instrucção para não ser tão explorado. Porque é que nos exploram os burguezes? Não é pela nossa falta de preparo para protestarmos? (*Idem*).

Além de antídoto à corrupção, ao crime e ao vício, a instrução é também vista como condição necessária à diminuição da exploração a que o trabalhador se via submetido. Por ela, conscientizar-se-ia e teria condições de perceber os interesses que estavam em jogo nas relações sociais de produção.

Os ricos querem a ignorancia porque ella reinando entre nos (operarios) elles tem a machina inconsciente para trabalhar a sua vontade.

Companheiros, meus irmãos de classe, quebrae essas argemas que prendem os vossos pulsos e gritae bem alto.

Queremos a nossa liberdade e a instrucção para nossos filhos (*Idem*).

Mas para que os operários, sobretudo seus filhos, pudessem ter acesso à escola, sua jornada de trabalho precisava ser drasticamente reduzida. Aos poucos, os leitores do jornal vão sendo informados, sensibilizados e, assim, convencidos daquela necessidade. Era preciso, entretanto, definir uma estratégia de luta bastante eficaz para que os patrões cedessem e atendessem àquela legítima reivindicação do operariado sorocabano.

A greve não foi a primeira, muito menos a única estratégia de luta aventada por redatores e colaboradores do jornal *O Operário*, partícipes e lideranças incontestes do movimento operário sorocabano de então. A intervenção e mediação do Estado foram pensadas, apresentadas e exaustivamente debatidas nas páginas do jornal. Como se viu, alguns redatores e muitos colaboradores entendiam que mudanças nas relações trabalhistas só ocorreriam se o Estado interviesse e mediasse as relações entre operários e patrões. Entretanto, a experiência concreta da classe operária sorocabana os fez ver e aprender que tais mudanças também poderiam ocorrer pela ação direta dos trabalhadores.

A luta vitoriosa pela redução da jornada de trabalho

Em artigo intitulado *A queda da bastilha Cugnascana*, assinado por P. S. O. M. (iniciais de um dos redatores do jornal), encontra-se a notícia da eclosão de uma greve, em Sorocaba, pela redução da jornada de trabalho. Seguindo os passos dos trabalhadores da Liga dos Pedreiros, os trabalhadores da Fábrica de Tecidos Nossa Senhora da Ponte teriam decidido paralisar o trabalho, a partir de 01 de agosto de 1911, por uma jornada de oito horas de trabalho. Esse teria sido o desfecho de uma luta (tida, pelo jornal, como pacífica) que já durava cerca de dois anos (*O Operário*, 06/08/1911, p. 2).

Um dos primeiros números do jornal *O Operário* dedicado à extensa e exaustiva jornada de trabalho do operariado sorocabano data de 31 de outubro de 1909. Nele, os editores publicaram uma matéria, intitulada *A situação operaria*, que ocupou quase que todo o espaço correspondente à primeira página do jornal. Nessa matéria, o leitor é informado que, em Sorocaba (a “Manchester do Estado de S. Paulo”), era bastante elevado o número de operários obrigados por seus patrões a trabalharem de 13 a 14 horas diárias. É informado, ainda, sobre as relações de trabalho no interior das fábricas de tecidos da região, mais especificamente sobre o tratamento dispensado aos operários por “prepotentes gerentes e seus auxiliares (...), mestres e contra-mestres bajuladores” (*O Operário*, 31/10/1909, p. 1). Estes últimos, não satisfeitos em maltratar seus companheiros, roubando-lhes o suor em proveito de seus patrões, impunham-lhes, ainda, multas exageradas. Assim procedendo, reduziam a classe ao estado em que ela então se encontrava: “sem horas para se instruir, sem horário para o seu descanso e sem liberdade de pensamento” (*Idem*).

Em 13 de agosto de 1911, o jornal dedicou quase toda a primeira página daquela sua edição ao anúncio do término da greve dos tecelões, iniciada no primeiro dia daquele mês, “com a victoria esmagadora para os mesmos”. *Apòs o combate*, é o título da matéria, de autor não informado, que abriu essa edição do jornal. Com o título, *O desmoronar da bastilha*, Tinhoso (pseudônimo do autor) assinou a matéria publicada logo a seguir. P. S. O. M. são as iniciais do autor da matéria intitulada *Victoria Sacro-santa*, que encerrou aquela seqüência. Esse autor assim se manifestou sobre o inusitado acontecimento:

Salve! ... A victoria operaria alcançada agora servirá de lição a essa récula de vampiros que existem em Sorocaba que pensam que os seus operarios hão de ser sempre uma massa de infelizes e submersos.

Os carrascos da Fabrica de Nossa S. da Ponte tiveram que ceder, rendendo-se vergonhosamente de baixo dos vivos entusiasticos dos vencedores.

Licção sublime ...

D’ora avante o operariado deve se unir cada vez mais, por que a greve agora terminada mostrou o quanto vale a solidariedade e a união.

As violencias, as perseguições, e as ameaças por parte da policia e dos taes falsos ‘amigos da ordem’ serviram de alicerce a grande e esmagadora victoria.

Os italianos, os valentes filhos da liberdade são dignos dos nossos maiores applausos, pelos seus corações humanitarios e pela solidariedade da qual são fervorosos adeptos.

Tambem os distinctissimos e briosos operarios da grande Fabrica do Votorantim fiseram jús ao renome que possuem libertando os seus collegas das garras aduncas da nefanda escravidão moderna.

Collegas victoriosos! ...

Acceitem deste cantinho do “O Operário” na impossibilidade de apertar-vos um a um contra o peito n’um amplexo fraternal, os meus mais que singeros parabens (*O Operario*, 13/08/1911, p. 1).

Encontram-se, nesse pungente discurso, informações bastante preciosas sobre a história do movimento operário sorocabano no início do século XX. Por ele ficamos sabendo, por exemplo, que pelo menos parte significativa do operariado da Fábrica de Tecidos Nossa Senhora da Ponte era, naquele período, composta por italianos, “valentes filhos da liberdade” e “fervorosos adeptos” da solidariedade. Vale lembrar, aqui, as reflexões de Raymond Williams² sobre a experiência imediata da solidariedade. Depurada de seus determinantes e condicionantes históricos, posto ter sido ela inicialmente utilizada na luta contra o inimigo de classe, a burguesia, a solidariedade, segundo Williams, faz-se condição necessária, ainda que não suficiente, para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, uma das principais aspirações das lideranças operárias sorocabanas daquela época. Experiência que se manifestou no movimento grevista sorocabano pela redução da jornada de trabalho, embora ainda não depurada de seus condicionantes e determinantes históricos, como nos fez ver Williams. Entretanto, pelo menos uma das condições objetivas para a construção dessa sociedade, em Sorocaba, já estava sendo ensaiada – a experiência imediata da solidariedade.

Apenas os tecelões da cidade, ao que tudo indica, teriam conseguido, naquele momento, a redução da sua jornada de trabalho. Muito provavelmente, pedreiros e sua Liga teriam permanecido em estado de greve pela redução da jornada de trabalho e, também, por aumentos salariais.

Em *Por entre os échos da victoria*, matéria publicada na edição de 20 de agosto de 1911 de *O Operario*, também ela assinada por P. S. O. M., o leitor é informado que a jornada de trabalho dos tecelões da cidade fora reduzida para dez, e não para oito horas diárias de trabalho, como inicialmente pleiteada. Meia vitória, mas vitória! – exclama o articulista.

Ainda era muito cedo, entretanto, para “baixar a guarda”, afirmava esse mesmo articulista. E alertava: “Já fomos informados que os proprietários das Fabricas de Tecidos que se declararam em gréve estão procurando vingar-se dos seus operarios maltratando-os” (*O Operario*, 20/08/1911, p. 2).

Que estratégias então deveriam ser acionadas, para que o trabalhador não ficasse à mercê de seus patrões? Esse mesmo articulista responde:

Escola para operarios, è a cousa mais necessaria e mais santa que se possa imaginar, porque “cada escola que se abre, è um carcere que se fecha”; è n’ella que se reconhece o valor da liberdade.

Mais de uma vez temos dicto; o homem analphabeto é um ente infeliz, nunca poderá passar de um escravo, porque elle não sabe usar de seus direitos.

Existem nessas Fabricas de tecidos uma enorme quantidade de creanças que estão na idade de frequentarem escolas.

Coitados!.. criam-se nas Fabricas, tornam-se homens nas mesmas, passam a quadra mais feliz da existencia – a mocidade, n’esses antros de entorpecimento, sem nunca lembrarem-se que com a instrução e a força de vontade poderiam melhorar as suas sortes.

Companheiros ... Não devemos deixar o campo da lucta sem uma completa victoria (*Idem*).

Nesse trecho do discurso de P. S. O. M., o analfabeto é representado como “um ente infeliz”, que “nunca poderá passar de um escravo”, por não saber “usar de seus direitos”. Infeliz, por ser escravo. Escravo, por ignorar os seus direitos. Evidencia-se, nessas afirmações, o entendimento de que somente pela instrução, pela educação escolar, o operário poderia alcançar e gozar de sua liberdade, ainda que relativa.

A luta deveria, portanto, continuar. Nessa luta, o jornal *O Operario* continuaria a combater o bom combate: convencer o operariado da necessidade da educação escolar.

À guisa de conclusão

A força argumentativa do discurso de emancipação do trabalhador que o jornal *O Operario* fez veicular está na explicitação e atribuição de sentido dado às condições de vida a que o operariado sorocabano se encontrava submetido, na necessidade da negação objetiva daquela condição e na afirmação de uma outra que o libertasse da servidão capitalista.

A educação escolar era vista como antídoto para todos os males sociais que acometiam os operários. Graças aos seus poderes, a infância operária estaria a salvo de perigos como a corrupção, o crime e o vício. Mas, acima de tudo, era vista como instrumento de conscientização política, necessária à negação da condição presente do operariado (de subserviência ao capital) e à afirmação

da sua condição futura (de liberdade, ainda que relativa). Evidencia-se, assim, o poder redentor que redatores e colaboradores do jornal atribuíam à educação (escolar).

São Paulo, janeiro de 2003.

¹ Nesta, assim como nas demais citações textuais do jornal, optou-se por respeitar a ortografia encontrada nos originais.

² Raymond WILLIAMS. *Cultura e sociedade – 1780-1950*. São Paulo, Editora Nacional, 1969.